



Número: **0808558-33.2020.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **15/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.724,75**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELTON MARQUES PEREIRA (AUTOR)		RAWLLA KYCIA ANDRADE SOUZA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37435443	03/12/2020 15:12	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ELTON	Outros Documentos

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB**

PROCESSO Nº 0808558-33.2020.8.15.0001

ELTON MARQUES PEREIRA, já qualificado nos autos do presente processo, em que contende com **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de sua procuradora, nos termos do artigo 1.022 e seguintes do NCPC, **opor**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

em face da sentença proferida por este Douto Juízo, de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que ora passa a expor:

DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Encontram-se presentes todos os pressupostos de admissibilidade do recurso dentre os quais se destacam legitimidade, capacidade, interesse processual, tempestividade e regularidade de representação.

Nos termos do artigo 1022, inciso I ao III, do CPC, cabe Embargos de Declaração em face Sentença ou Acórdão, quando houver obscuridade, omissão ou contradição:

Endereço: Rua Paraiba, nº. 103 ou nº 95, sala 1, CEP - 58.414-058, Liberdade, Campina Grande – Paraiba, Telefone: (83)8822-0013, e-mail: rawlla-kycia@hotmail.com



Art. 1022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

- I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
- II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
- III- Corrigir erro material;

Diante do exposto, requer o acolhimento e provimento dos embargos de declaração, a fim de que se este Douto Juízo, pronuncie-se acerca da omissão, abaixo mencionada.

HISTORICO PROCESSUAL

O embargante propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor da embargada objetivando receber o valor integral da indenização pertinente ao seguro DPVAT para DAMS e invalidez, decorrente ao acidente de trânsito, onde ficou com sequelas, conforme relatado na peça exordial, a embargada foi citada e apresentou contestação, e, em seguida, ocorreu perícia médica, tendo a embargante se manifestado quanto ao laudo pericial, e por fim, proferida sentença por parte deste Douto Juízo, julgando improcedentes os pedidos do embargante.

DA OMISSÃO E DA CONTRADIÇÃO

Com efeito, a decisão judicial deve seguir um raciocínio coerente, claro e sem qualquer contradição e omissão em relação aos pedidos ou provas elencados nos autos, de maneira que seus preceitos trilhem uma sequência lógica e ordenada culminando com devida e justa conclusão.

Endereço: Rua Paraiba, nº. 103 ou nº 95, sala 1, CEP - 58.414-058, Liberdade, Campina Grande – Paraiba, Telefone: (83)8822-0013, e-mail: rawlla-kycia@hotmail.com



Data vênia, muito embora a respeitável sentença tenha sido prolatada com cautela, encontra-se no corpo da mesma, omissões e/ou contradições que merecem ser reparadas.

Inicialmente, no corpo do relatório da respeitável sentença, mais precisamente no parágrafo 3º, este Douto Juízo relata que:

“O autor informa também que recebeu indenização de R\$ 1.381,50 com relação a DAMS, mas tal pagamento não é objeto desta ação.”

Entretanto, tal pagamento é sim objeto desta ação, visto que, nos pedidos realizados em sede de inicial, em ID 30713719 - Pág. 6, e em id. 31119526, página 3, o embargante requer o pagamento total do seguro obrigatório DPVAT, DAMS e Invalidez, os quais somados geram a importância de R\$ 12.624,75 (doze mil, seiscentos e vinte reais e setenta centavos).

Para melhor esclarecer, vejamos a redação da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;



II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Nos incisos, II e III, estão descritos os valores integrais das indenizações, as quais o embargante deveria ter recebido de forma completa, entretanto, o mesmo apenas recebeu a título de DAMS, R\$ 1.381,50 (mil e trezentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos), e, a título de invalidez R\$ 2.193,75 (dois mil cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

Aliás, como bem descrito na peça impugnatória, em ambos parágrafos próximos aos requerimentos, o embargante requer “o pagamento da diferença do valor não pago de seguro obrigatório DAMS de R\$ 1.318,50 (um mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos), bem como a diferença de valor não pago de seguro obrigatório por invalidez permanente de R\$ 11.306,25 (onze mil, trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos), com juros e correção monetária desde a data do evento danoso.”

Sendo assim, a soma de tais valores é R\$ 12.624,75 (doze mil, seiscentos e vinte reais e setenta centavos), pois está é a soma dos valores requeridos pelo embargante. **Desta forma, verifica-se a presença da omissão no caso em apreço, em relação a ausência de apreciação do pedido de pagamento do seguro obrigatório na modalidade DAMS** devendo a mesma ser corrigida/sanada.

Noutra banda, no corpo da fundamentação da respeitável sentença, mais precisamente no parágrafo 2º, este Douto Juízo descreve que:



“A promovente pleiteia o recebimento de complementação de seguro obrigatório, decorrente de acidente de trânsito, argumentando que o valor devido em decorrência da debilidade de seu ombro direito.”

As debilidades sofridas pelo embargante foram em seu punho esquerdo e em sua face, pois consta nos autos laudo médicos sobre a fratura de rádio esquerdo, fratura bilateral de côndilo alto mais anterior de mandíbula e perdas dos elementos dentais (13,12,11,21,22 e 23), lesões essas descritas na inicial.

Desta forma, se observa também a presença de contradição no corpo da respeitável sentença, tendo a mesma proferido novamente em seu parágrafo 4º que a lesão teria sido no ombro direito, quando na verdade foi na face e no punho esquerdo.

Pelo exposto, requer o acolhimento e provimento dos presentes embargos para eliminar a contradição e a omissão acima apontadas.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer o **ACOLHIMENTO**, e consequente **PROVIMENTO** dos presentes embargos para eliminar a contradição e a omissão apontadas, visto que, o embargante REQUER, no presente processo, o pagamento da diferença do valor não pago de seguro obrigatório DAMS de R\$ 1.318,50 (um mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos), bem como a diferença de valor não pago de seguro obrigatório por invalidez permanente de R\$ 11.306,25 (onze mil, trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos), com juros e correção monetária desde a data do evento danoso. Bem como a correção da contradição indicada nesta peça recursal.

Endereço: Rua Paraiba, nº. 103 ou nº 95, sala 1, CEP - 58.414-058, Liberdade, Campina Grande – Paraiba, Telefone: (83)8822-0013, e-mail: rawlla-kycia@hotmail.com



RAWLLA ANDRADE
ADVOCACIA

Requer ainda, os benefícios da justiça gratuita ao embargante, por ser pobre na forma da lei.

Nesses termos,
Pede ACOLHIMENTO E PROVIMENTO.
Campina Grande – PB, 03 de dezembro de 2020.

Rawlla Kycia Andrade Souza
OAB/PB 18.914

Endereço: Rua Paraiba, nº. 103 ou nº 95, sala 1, CEP - 58.414-058, Liberdade, Campina Grande – Paraiba, Telefone: (83)8822-0013, e-mail: rawlla-kycia@hotmail.com

